

CONSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA COMENTADA

GUSTAVO FOSSATI

2ª EDIÇÃO

revista, atualizada e ampliada

Prefácio à 2ª edição

EROS ROBERTO GRAU

Caminhante sobre o mar de névoa
Caspar David Friedrich

Visual Law

THOMSON REUTERS®

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILSA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carrazim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiárias: Ana Amalia Strojnowski e Mirna Adel Nasser

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

Estagiárias: Bianca Satie Abduch, Maria Carolina Ferreira e Sofia Mattos

Capa: Lucas Kfoury

Adaptação capa: Linotec

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILA FUREGATO DA SILVA

Visual Law: Maria Lopes, Max Costa e Rodrigo Barcelos

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araújo e Rodrigo Araújo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Fossati, Gustavo

Constituição tributária comentada / Gustavo Fossati. 2. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5991-708-2

1. Direito constitucional - Brasil 2. Direito tributário Brasil I. Título.

21-79137

CDU-342(81)

-34:336.2(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito constitucional 342(81)

2. Brasil : Direito tributário 34:336.2(81)

Cibele Maria Dias Bibliotecária - CRB-8/9427

Sumário

APRESENTAÇÃO	9
PREFÁCIO À 2ª EDIÇÃO	11

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO VI DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO

CAPÍTULO I DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

SEÇÃO I Dos Princípios Gerais

ART. 145, INC. I A III	39
1. Sistema Tributário Nacional.....	39
2. Abrangência nacional	40
3. Poder de tributar	40
4. Conceito de tributo	41
4.1. Pedágio	41
4.2. “Seguro apagão”	42
4.3. Contribuição ao FGTS	42
5. Espécies tributárias. Classificação corrente.....	42
6. Espécies tributárias. Critérios para classificação	44
6.1. Contribuição ao INCRA.....	44
6.2. Contribuição de iluminação pública	45
7. Impostos	45
7.1. Legislação anterior	45
7.2. Conceito	46
7.3. Classificação	47

7.3.1. Ordinários ou extraordinários.....	47
7.3.2. Fiscais ou extrafiscais.....	48
7.3.3. Pessoais ou reais	48
7.3.4. Diretos ou indiretos	48
7.3.5. Fixos, proporcionais ou progressivos.....	49
7.3.6. Instantâneos, complexos ou continuados	50
8. Taxas.....	51
8.1. Razoável equivalência.....	51
8.2. Taxa de Expediente.....	52
8.3. Taxa de Pavimentação Asfáltica	52
8.4. Taxa de Fiscalização Ambiental (TFA).....	53
8.5. Poder de polícia	53
8.6. Poder de polícia, policiamento ostensivo e Taxa de Segurança Pública	54
8.7. Exercício regular do poder de polícia. Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do IBAMA (TCFA)	54
8.8. Crítica ao caso da TCFA IBAMA.....	55
8.9. Taxa de Renovação de Localização e Funcionamento	56
8.10. Taxa de Licença para Localização, Funcionamento e Instalação ...	57
8.11. Taxa CVM	57
8.12. Taxa sobre recursos hídricos. Custo de fiscalização. Proporcionalidade.....	58
8.13. Taxa de controle, monitoramento e fiscalização ambiental (TFPG). Atividades da indústria de petróleo e gás. Valor da taxa. Desproporcionalidade	59
8.14. Serviço público específico e divisível	59
8.15. Taxa de Iluminação Pública	59
8.16. Taxa de Limpeza Pública Urbana	60
8.17. Taxa de Coleta e Remoção de Resíduos Sólidos.....	60
8.18. Taxa de Matrícula.....	61
8.19. Fornecimento de certidões.....	62
8.20. Taxa de Incêndio.....	62
8.21. Taxa de Conservação e Manutenção de Estradas.....	63
8.22. Custas judiciais e emolumentos.....	63
8.23. Contraprestações equivocadamente denominadas de taxas.....	63
8.24. Utilização potencial	64
8.25. Taxas e tarifas.....	65

8.26. Esgoto e água encanada.....	66
8.27. Encargos de capacidade emergencial	66
9. Contribuição de melhoria.....	66
9.1. Regras gerais	68
9.2. CTN, DL 195/67 e lei local	69
§ 1º	70
10. Caráter pessoal dos impostos	70
11. Capacidade contributiva	71
11.1. Capacidade contributiva, igualdade, liberdade e mínimo existencial.....	73
11.2. Capacidade contributiva e planos horizontal e vertical da igualdade tributária.....	73
11.3. Capacidade contributiva e indisponibilidade econômica da riqueza ...	74
11.4. Capacidade contributiva e mínimo existencial	75
11.4.1. Mínimo existencial, cesta básica e ICMS.....	76
11.4.2. Mínimo existencial, açúcar de cana e IPI.....	77
11.4.3. Mínimo existencial, deduções fiscais e correção monetária da tabela do IR.....	77
11.4.4. Mínimo existencial e Tribunal Constitucional Federal alemão.....	77
11.5. Capacidade contributiva e proibição de confisco	79
11.5.1. Proibição de confisco: EUA, Alemanha e Brasil.....	79
11.5.2. Proibição de confisco: a resposta “caso a caso” do STF a partir da razoabilidade.....	81
11.5.3. Proibição de confisco e contexto cultural do Estado	82
11.6. Capacidade contributiva e amplitude de aplicação	83
11.6.1. Progressividade do IPTU	83
11.6.2. Progressividade do ITBI	83
11.6.3. Capacidade contributiva e impostos pessoais, diretos e com finalidade fiscal. Ampliação gradual	84
11.6.4. IPVA.....	84
11.6.5. ITCD. Progressividade	84
11.6.6. Contribuições	85
11.6.7. ISS profissionais liberais.....	86
11.6.8. Taxa de Coleta de Lixo	86

11.6.9. Taxa de Fiscalização CVM.....	86
11.6.10. ICMS.....	87
11.6.11. Consolidação da superação do precedente: dos impostos pessoais, diretos e com finalidade fiscal à capacidade contributiva	87
11.6.12. Capacidade contributiva e finalidade extrafiscal ou diretiva....	88
11.7. Progressividade.....	88
11.7.1. Progressividade na jurisprudência do STF	89
12. Fiscalização tributária e direitos individuais do contribuinte.....	91
12.1. Direitos individuais dos contribuintes, limitações constitucionais ao poder de tributar e direitos e garantias fundamentais	92
12.2. Apreensão de livros contábeis e documentos fiscais.....	92
12.3. Sigilo bancário	93
12.3.1. Crítica à decisão do STF sobre sigilo bancário.....	94
12.4. Compartilhamento de dados da UIF e da RFB com o MP	97
§ 2º	97
13. Impostos dissimulados por taxas	97
13.1. Taxa com base de cálculo do ITR e do ITCD.....	98
13.2. Taxa com base de cálculo vinculada ao patrimônio, ao volume da produção e ao número de empregados.....	98
13.3. Taxa e adoção de um ou mais elementos da base de cálculo de imposto.....	99
13.4. Taxa e patrimônio líquido ou faturamento.....	100
ART. 146	101
1. Competência do legislador complementar.....	101
2. Hierarquia entre lei complementar e lei ordinária	102
3. Revogação de lei complementar por lei ordinária.....	103
4. Lei complementar em matéria tributária e conformidade da legislação tributária.....	103
INC. I	104
5. Solução dos conflitos de competência.....	104
INC. II	106
6. Competência para regular as limitações constitucionais ao poder de tributar	106
INC. III, ALÍNEAS “A” A “D”	108
7. Lei complementar das normas gerais de Direito Tributário	109

8. Função do Código Tributário Nacional.....	110
9. “Especialmente”	110
10. Definição de tributos e de suas espécies	111
11. Definição dos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes dos impostos previstos na Constituição	111
11.1. Competência dos Estados e Municípios na inexistência de lei complementar federal.....	112
11.2. Resolução do Senado. Alíquotas ITCD, ICMS e IPVA.....	112
11.3. Convênios CONFAZ. Benefícios fiscais ICMS.....	113
11.4. Contribuições não exigem lei complementar.....	113
11.5. Obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários	115
11.6. Responsabilidade tributária de terceiros. Infrações. Lei estadual. Conflito. Norma geral federal	115
11.7. Compensação de ofício. Lei 9.430/96. Débitos parcelados sem garantia. Suspensão da exigibilidade do crédito.....	116
11.8. Responsabilidade tributária. Regulação por lei complementar	117
11.9. Extinção do crédito tributário. Dação em pagamento	117
11.10. Decadência e prescrição. Prazos, interrupção e suspensão.....	118
11.11. Adequado tratamento tributário ao ato cooperativo.....	119
11.11.1. Sociedade cooperativa e ato cooperativo. Natureza jurídica... ..	119
11.11.2. Operações com não associados. Incidência de tributos	120
11.11.3. Valores repassados aos profissionais cooperados. Exclusão da base de cálculo do ISS	121
11.11.4. “Adequado”. Imunidade e isenção	121
11.11.5. Seguridade social	122
11.11.6. Benefício tributário por lei complementar. Revogação por medida provisória.....	122
11.11.7. Inexistência de lei complementar para o adequado tratamento tributário das cooperativas.....	123
11.12. Tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte.....	124
11.12.1. Critérios de diferenciação	124
11.12.2. Tributos abrangidos	125
11.12.3. Obrigatoriedade de adesão dos Estados e Municípios. Ausência de violação à forma federativa de Estado	126
11.12.4. Débitos tributários. Constitucionalidade da exclusão.....	126

11.12.5. Optantes pelo Simples. Impossibilidade de outros benefícios fiscais.....	127
11.12.6. Diferencial de alíquota de ICMS. Optante pelo Simples Nacional.....	127
ART. 146-A	128
1. Neutralidade da tributação. Prevenção de desequilíbrios da concorrência....	128
1.1. Cancelamento do registro. Cigarro	129
ART. 147	131
1. Territórios e Distrito Federal. Competência tributária	131
ART. 148, INC. I, II E § ÚNICO	132
1. Empréstimo compulsório. Natureza jurídica	132
1.1. Forma de restituição	133
1.2. Competência. Lei complementar	133
1.3. Finalidade	134
1.4. Anterioridade.....	134
1.5. Aplicação dos recursos vinculada à despesa	135
ART. 149	135
1. Contribuições especiais como espécie de tributo	135
2. Finalidade e destinação específicas	136
3. Exaurimento da finalidade. Perda do objeto. Extinção da contribuição	136
4. Referibilidade. Pertinência ao grupo	138
4.1. Casos SEBRAE e INCRA	139
4.2. Crítica às decisões SEBRAE e INCRA	140
5. Instituição por lei ordinária	141
6. Norma de competência do art. 149	141
7. Espécies de contribuições especiais	141
8. Contribuições de intervenção no domínio econômico (CIDE).....	143
8.1. Situações de intervenção no domínio econômico	143
8.2. Intervenção setorial	144
8.3. Contribuições do Sistema S.....	145
9. Contribuições de categorias profissionais ou econômicas.....	145
9.1. Suspensão. Conselho de fiscalização profissional. Inadimplência de anuidades. Sanção política em matéria tributária.....	146
9.2. Contribuição confederativa	146
9.3. Servidores públicos.....	146

9.4. “Imposto” sindical	147
§§ 1º, 1º-A, 1º-B E 1º-C.....	148
10. Contribuição previdenciária dos servidores públicos	149
10.1. Inativos e pensionistas	149
§ 2º AO § 4º	150
11. Imunidade. Receitas de exportação	151
12. Exportação indireta. <i>Trading companies</i>	152
13. Importação. Incidência	152
13.1. Importação de serviços	153
13.2. Bases de cálculo.....	154
13.3. Limitação semântica da base de cálculo. Consequências para outros casos	155
13.4. Pessoa natural como contribuinte por equiparação	157
13.5. Possibilidade de incidência monofásica	157
ART. 149-A E § ÚNICO	158
1. Contribuição de iluminação pública	158
1.1. Taxa de iluminação pública. Inconstitucionalidade	158
1.2. EC 39/02 (CIP)	159
1.3. Fato gerador.....	160
1.4. Isonomia. Progressividade. Capacidade contributiva.....	160
1.5. Tributo de caráter <i>sui generis</i>	161
1.6. Aplicação dos recursos arrecadados. Custeio da iluminação pública na expansão e aprimoramento da rede	161

SEÇÃO II

Das Limitações do Poder de Tributar

1. Compreensão geral	162
ART. 150	163
1. Catálogo das limitações.....	163
INC. I	164
2. Legalidade geral	164
3. Legalidade tributária	165

4. Exceções à legalidade tributária	166
4.1. Medida provisória	166
4.2. Alteração das alíquotas do II, IE, IPI e IOF	167
4.3. Fixação das alíquotas do ICMS monofásico sobre combustíveis	168
4.4. Redução e restabelecimento das alíquotas da CIDE-Combustíveis	168
5. Redução do tributo e legalidade	168
6. Base de cálculo. Alteração por ato infralegal.....	169
7. Base de cálculo. Atualização monetária.....	169
8. Prazo de recolhimento	170
9. Declarações tributárias. Livros fiscais. Notas fiscais.....	170
10. Fixação do valor máximo. Delegação à Administração	171
11. Delegação da complementação de conceitos. Efeitos sobre o elemento quantitativo do tributo. Seguro de Acidente do Trabalho.....	172
12. Emolumentos. Reserva legal	173
INC. II.....	174
13. Igualdade	174
13.1. Igualdade na lei e igualdade perante a lei	174
13.2. Critério de comparação. Finalidade buscada. Relação de coerência entre critério e finalidade	176
13.3. Critérios legítimos e ilegítimos	176
13.3.1. Capacidade contributiva.....	177
13.3.2. Fomento às microempresas e empresas de pequeno porte ...	177
13.3.3. Desenvolvimento regional	178
13.3.4. Estímulo ao cooperativismo.....	178
13.3.5. Função social da propriedade	179
13.3.6. Absorção de mão de obra acima de quarenta anos.....	179
13.3.7. Ramo de atividade econômica.....	179
13.3.8. Finalidade ambiental. Reflorestamento.....	180
13.4. Benefícios fiscais. Extensão. Controle judicial	181
13.5. Diferenciações. Regime tributário.....	182
13.6. Diferenciação. ISS. Sociedades profissionais	182
13.7. Parcelamento tributário. Vedação de ingresso. Depósito judicial ...	184
13.8. Reclamatória trabalhista. Recebimento de parcela única. Incidência da alíquota maior do IR.....	185

INC. III, ALÍNEA “A”	186
14. Irretroatividade	186
14.1. Ancoramento constitucional.....	187
14.2. Proteção para o destinatário da lei.....	188
14.3. Aplicação retroativa da substituição tributária. Inconstitucionalidade	188
14.4. Retroatividade da lei instrumental	189
14.5. Possibilidade de alteração do prazo de pagamento do tributo após o fato gerador.....	190
14.6. IR. Súmula 584 STF	190
14.6.1. Superação da Súmula 584 STF	191
14.7. Importação e exportação. Aspecto temporal da norma tributária. Violação à segurança jurídica.....	192
14.8. Lei interpretativa. Aplicação a ato ou fato pretérito.....	193
INC. III, ALÍNEAS “B” E “C”	194
15. Anterioridade tributária	194
15.1. Anualidade.....	195
15.2. Tipos de anterioridade	195
15.3. Medida provisória	196
15.4. Segurança jurídica. Objetivo maior.....	197
15.5. Revogação de benefício fiscal	198
15.6. Correção monetária	199
15.7. Prazo de recolhimento	199
INC. IV	200
16. Confisco	200
16.1. Significado e sentido	200
16.2. Aspecto quantitativo	200
16.2.1. Totalidade da carga tributária incidente	202
16.2.2. Razoabilidade e proporcionalidade	202
16.2.3. Cláusula aberta. Conceito jurídico indeterminado	203
16.2.4. Aumento de 4% para 14%. Ausência de efeito confiscatório	203
16.2.5. Alíquota de 300%. Cigarro. Ausência de efeito confiscatório ...	204
16.3. Aspecto qualitativo	205
16.3.1. Súmulas STF 70, 323 e 547	205

16.3.2. Condicionamento. Desembaraço aduaneiro de bem importado. Pagamento de diferença tributária. Arbitramento da autoridade fiscal	206
16.3.3. Protesto da CDA.....	207
16.3.4. Notas fiscais. Exigência de garantia.....	207
16.3.5. ME ou EPP com débito. Vedação ao Simples Nacional.....	208
16.3.6. Indústria do cigarro. Interdição por inadimplemento tributário	208
16.3.7. ICMS. Guerra fiscal. Meio coercitivo para recolhimento de tributo.....	208
16.4. Taxa confiscatória	210
16.5. Amplitude de aplicação. Multas tributárias.....	211
16.5.1. Multas tributárias. Percentual.....	212
16.6. Controle judicial	213
INC. V	214
17. Liberdade de ir e vir. Proibição de limitação por meio de tributos	214
17.1. Valor justo.....	214
17.2. Natureza jurídica. Preço público.....	215
17.3. ICMS. Diferencial de alíquota. Restrição tributária à liberdade de tráfego	215
INC. VI, ALÍNEAS “A” A “E”	216
18. Imunidades.....	217
18.1. Classificação. Subjetivas e objetivas	217
18.2. Conteúdo. Direitos fundamentais.....	218
18.3. Compreensão e aplicação.....	219
18.4. Espécies tributárias abrangidas.....	220
18.5. Atendimento às obrigações acessórias	221
18.6. Contribuinte de Direito como beneficiário	221
18.7. Responsabilidade do substituto e do sucessor.....	222
18.8. Espécies de imunidades	223
18.8.1. Imunidade recíproca	223
18.8.2. Imunidade dos templos.....	224
18.8.2.1. Imóveis alugados	224
18.8.2.2. Cemitérios	225
18.8.2.3. Maçonaria	225

18.8.3. Imunidade dos partidos políticos e das suas fundações.....	226
18.8.4. Imunidade dos sindicatos dos trabalhadores.....	226
18.8.5. Imunidade das instituições de educação e de assistência social.....	227
18.8.5.1. Entidade beneficente. Compra de produtos na qualidade de contribuinte de fato.....	228
18.8.5.2. Entidade educacional. Energia elétrica. Contribuinte de fato.....	229
18.8.5.3. Imóveis ociosos. IPTU. Aplicação da imunidade.....	229
18.8.5.4. Imóvel vago. ITBI. Ônus de elidir a presunção é do Fisco.....	229
18.8.5.5. Ensino gratuito de língua estrangeira. Aplicação da imunidade.....	229
18.8.5.6. Importação. Confusão entre contribuinte de Direito e de fato.....	229
18.8.5.7. IOF. Aplicação de recursos da entidade assistencial. Imunidade.....	230
18.8.5.8. Entidade fechada de previdência privada.....	230
18.8.5.9. Imóveis como escritório e residência dos membros da entidade. Imunidade.....	230
18.8.5.10. Venda de ingressos de cinema. SESC. Imunidade.....	230
18.8.6. Regulação. Lei complementar.....	230
18.8.7. Requisitos materiais e requisitos formais.....	232
18.8.8. Imunidade dos livros, jornais e periódicos.....	233
18.8.8.1. Amplitude objetiva de aplicação.....	233
18.8.8.2. Livro eletrônico e leitor eletrônico.....	234
18.8.9. Imunidade do papel destinado à impressão.....	235
18.8.9.1. Outros insumos.....	235
18.8.10. Imunidade dos fonogramas e videofonogramas musicais ...	236
§ 1º.....	237
19. Exceções à anterioridade tributária.....	237
19.1. Tipologia das exceções.....	237
§ 2º.....	239
20. Imunidade às autarquias e fundações públicas.....	240
§ 3º.....	240
21. Imunidade às empresas públicas e sociedades de economia mista.....	241

21.1. Extensão da imunidade tributária recíproca às empresas públicas e às sociedades de economia mista	242
21.1.1. Capital social majoritariamente público e fechado	243
21.1.2. Prestação de serviço público de modo exclusivo	244
21.1.3. Ausência de violação à livre concorrência	245
21.2. Serviços de registros públicos, cartorários e notariais. Inexistência de imunidade ao ISS	245
§ 4º	246
22. Templos religiosos. Partidos políticos, sindicatos dos trabalhadores e instituições de assistência social. Finalidades essenciais	246
§ 5º	247
23. Transparência tributária. Acesso à informação	247
23.1. Valor aproximado dos tributos. Influência na formação dos preços de venda	248
§ 6º	249
24. Benefícios fiscais, anistia ou remissão. Lei específica	249
§ 7º	250
25. Substituição tributária para frente	250
25.1. Direito à restituição da diferença do ICMS pago a mais. Base de cálculo efetiva inferior à presumida	252
25.2. Antecipação tributária sem substituição. Regulamentação por decreto do Poder Executivo. Impossibilidade	253
ART. 151, INC. I A III	254
1. Limites ao poder de tributar específicos à União	254
1.1. Princípio da uniformidade geográfica	254
1.2. Princípio da vedação de tratamento diferenciado em relação aos entes federativos	254
1.3. Tributação da renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e da remuneração e dos proventos dos agentes públicos	255
1.4. Proibição de isenções heterônomas	256
ART. 152	256
1. Proibição de tratamento tributário diferenciado entre bens e serviços em razão da procedência ou destino	256

SEÇÃO III
Dos Impostos da União

ART. 153, INC. I A VII	257
1. Competência tributária privativa da União. Impostos nominados	257
1.1. Imposto de Importação	258
1.1.1. Fato gerador.....	258
1.1.2. Momento da ocorrência do fato gerador. Violação à segurança jurídica	258
1.2. Imposto de Exportação	259
1.2.1. Fato gerador.....	260
1.2.2. Momento da ocorrência do fato gerador	260
1.3. Imposto de Renda	260
1.3.1. Renda e proventos. Conceito	261
1.3.2. Indenizações	262
1.3.3. Juros e lucros cessantes	263
1.3.4. Aplicações financeiras. Rendimentos. Correção monetária....	264
1.3.5. Condenações trabalhistas	265
1.3.6. Rendimentos recebidos acumuladamente.....	266
1.3.7. Depósitos bancários. Omissão de receita. Lei 9.430/1996	266
1.3.8. Isenção. Proventos de aposentadoria. Requisitos legais. Ampliação por decisão judicial.....	267
1.3.9. Renda da pessoa jurídica	268
1.3.10. Compensação de prejuízos.....	268
1.4. Imposto sobre Produtos Industrializados.....	269
1.4.1. Fatos geradores	269
1.4.2. Conceito de produto industrializado	270
1.4.3. IPI na importação realizada por pessoa física	271
1.4.4. IPI na revenda de bens importados.....	271
1.4.5. Aspecto quantitativo	273
1.4.6. Cálculo. Estabelecimento de valores pré-fixados. Pautas fiscais. Reserva de lei complementar	273
1.5. Imposto sobre Operações Financeiras.....	274
1.5.1. IOF. Operações praticadas por empresas de <i>factoring</i>	275
1.5.2. IOF. Contratos de mútuo com quem não desenvolve atividade financeira ou análoga.....	275
1.6. Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	277

1.6.1. Propriedade rural x propriedade urbana	277
1.6.2. Incidência sobre domínio útil ou posse	278
1.6.3. Base de cálculo	279
1.7. Imposto sobre Grandes Fortunas	280
§ 1º	281
2. Legalidade atenuada para II, IE, IPI e IOF	281
§ 2º, INC. I E II.....	282
3. IR. Critérios de conformação	282
3.1. Generalidade e universalidade	282
3.2. Progressividade.....	283
§ 3º, INC. I A IV	284
4. IPI	284
4.1. Seletividade em função da essencialidade	284
4.1.1. Legitimidade da tributação indutora de comportamento	286
4.1.2. Seletividade e capacidade contributiva.....	288
4.1.3. Discricionariedade na fixação das alíquotas	289
4.1.4. Garrações, garrafas e tampas plásticas. Acondicionar água mineral. Bem essencial.....	290
4.2. Não cumulatividade.....	291
4.2.1. Compensação. Método do creditamento.....	291
4.2.2. Creditamento. Aquisição de insumos não tributados.....	292
4.2.3. Creditamento. Entrada com insumos tributados. Saídas isentas ou com alíquota zero.....	293
4.2.4. Aquisição de insumos da Zona Franca de Manaus. Creditamento	293
4.3. Não incidência sobre a exportação	294
4.4. Redução sobre a aquisição de bens de capital	294
§ 4º, INC. I A III.....	294
5. ITR.....	295
5.1. Progressividade extrafiscal.....	295
5.2. Imunidade de pequenas glebas rurais	295
5.3. Fiscalização pelos Municípios.....	296
§ 5º, INC. I E II.....	296
6. Ouro. Ativo financeiro ou instrumento cambial. IOF	296

ART. 154, INC. I E II	297
1. Impostos residuais e extraordinários	297
1.1. Impostos residuais. Requisitos.....	297
1.2. Impostos extraordinários.....	298

SEÇÃO IV

Dos Impostos dos Estados e do Distrito Federal

ART. 155, INC. I A III	298
1. Impostos dos Estados e do Distrito Federal.....	299
1.1. Competência para os impostos estaduais	299
1.2. ITCD. Lei complementar	299
1.2.1. Fato gerador. Aspectos circunstanciais	299
1.2.2. Progressividade. Legitimidade	300
1.3. ICMS.....	301
1.3.1. Operações de circulação de mercadorias.....	301
1.3.1.1. Conceito de operações	301
1.3.1.2. Conceito de circulação	302
1.3.1.3. Extração de petróleo. Ausência dos elementos “operação” e “circulação”.....	303
1.3.1.4. Conceito de mercadoria	303
1.3.1.5. Economia digital. Software. Evolução regulatória.....	304
1.3.1.5.1. Convênio ICMS 106/2017. Violação da competência do legislador complementar	306
1.3.1.5.2. ICMS sobre operações com software. Não inci- dência	308
1.3.1.5.3. Bitributação. ICMS e ISS. Impossibilidade	311
1.3.1.6. As decisões do STF na ADI 1.945 e ADI 5.659. Aparente consolidação de entendimento	312
1.3.1.7. Habitualidade e natureza mercantil. Venda de salvados de sinistros	315
1.3.1.8. Energia elétrica. Demanda contratada.....	315
1.3.1.9. Base de cálculo	315
1.3.1.9.1. Venda para entrega futura	316
1.3.1.9.2. Inclusão do próprio montante do ICMS incidente.....	316
1.3.1.9.3. Inclusão do frete.....	316
1.3.1.9.4. Mercadorias dadas em bonificação.....	316

1.3.1.9.5. Encargos de financiamento	317
1.3.1.9.6. Valor de pauta fiscal	317
1.3.1.10. Conflito ICMS x ISS. Serviços gráficos. Embalagens	317
1.3.2. ICMS sobre serviços.....	318
1.3.2.1. Transporte.....	318
1.3.2.2. Comunicação e telecomunicação.....	319
1.3.2.2.1. Amplitude de incidência	319
1.3.3. ICMS declarado e não recolhido. Crime.....	320
1.4. IPVA.....	322
1.4.1. Fato gerador.....	322
1.4.2. Aeronaves e embarcações.....	322
1.4.3. Aspectos quantitativos.....	323
1.4.3.1. Desconto para o bom motorista	323
1.4.3.2. Redução do IPVA. Contratação de empregados com mais de 40 anos.....	324
1.4.3.3. Recolhimento em Estado diverso daquele que o contri- buinte mantém sua sede ou domicílio tributário.....	324
§ 1º, INC. I A IV	325
2. ITCD. Regras específicas de competência	325
2.1. Estado da situação do bem imóvel.....	325
2.2. Estado onde se processar o inventário ou o arrolamento.....	326
2.3. Situações envolvendo o exterior. Instituição regulada por lei com- plementar	326
2.4. Alíquotas máximas. Competência do Senado Federal.....	327
§ 2º, INC. I.....	327
3. ICMS. Regras específicas.....	327
3.1. Não cumulatividade.....	327
3.1.1. Aproveitamento do crédito. Nota fiscal inidônea	328
3.1.2. Incidência monofásica	328
3.1.3. Regime de diferimento e não cumulatividade	328
3.1.4. Telefonia. Processo industrial por equiparação	328
3.1.5. Creditamento. ICMS de serviços e de produtos desvinculados do processo de industrialização da mercadoria comercializada.....	329
3.1.6. Material de construção para ampliação do estabelecimento.....	329
3.1.7. Correção monetária dos créditos.....	329

INC. II, ALÍNEAS “A” E “B”	330
4. Impedimentos ao creditamento	330
4.1. Crédito presumido	331
4.2. Redução da base de cálculo. Isenção parcial. Estorno proporcional ...	331
4.3. Estorno. Opção por regime mais vantajoso	331
4.4. Estorno proporcional de crédito efetuado pelo Estado de destino. Crédito fiscal presumido concedido pelo Estado de origem sem autorização do CONFAZ. Não cumulatividade	331
4.5. Creditamento. Empresa prestadora de serviços de telefonia móvel. Aparelho celular. Cessão em comodato.....	333
INC. III	334
5. Seletividade. Faculdade	334
5.1. Energia elétrica e telecomunicações.....	335
INC. IV.....	335
6. Alíquotas. Operações interestaduais e de exportação	336
INC. V E VI.....	337
7. Alíquotas mínimas e máximas. Operações internas. Conflitos de Estados	337
INC. VII E VIII	338
8. Operações interestaduais. Alíquotas. Repartição do imposto.....	338
INC. IX, ALÍNEA “A”	339
9. Importação.....	339
9.1. ICMS-Importação. <i>Leasing</i>	340
9.2. Sujeito ativo. Estado em que localizado o domicílio ou o estabelecimento do destinatário jurídico da mercadoria importada. Gás natural oriundo da Bolívia	341
ALÍNEA “B”	341
10. ICMS em operações mistas.....	341
INC. X.....	343
11. Imunidades relativas ao ICMS.....	343
ALÍNEA “A”	343
12. Exportações	343

13. Manutenção e aproveitamento dos créditos	345
ALÍNEA “B”	345
14. Operações interestaduais. Derivados de petróleo e energia elétrica.....	345
ALÍNEA “C”	346
15. Ouro como ativo financeiro ou instrumento cambial.....	346
ALÍNEA “D”	346
16. Radiodifusão de recepção livre e gratuita	346
INC. XI.....	346
17. IPI. Base de cálculo do ICMS. Exclusão.....	347
INC. XII	347
18. Competência do legislador complementar.....	347
ALÍNEA “A”	347
19. Contribuintes	347
ALÍNEA “B”	348
20. Substituição tributária	348
ALÍNEA “C”	348
21. Regulação da compensação	348
ALÍNEA “D” ..	348
22. Definição do local das operações.....	349
ALÍNEA “E”	349
23. Desoneração das exportações.....	349
ALÍNEA “F”	350
24. Manutenção de crédito	350
ALÍNEA “G”	350
25. Benefícios fiscais. Acordo entre os Estados e o DF.....	350
25.1. Forma de concessão. Requisitos.....	351
25.2. Imunidade. Concessão por Constituição Estadual.....	352
25.3. Diferimento	352

25.4. Remissão dos créditos tributários. Reinstituição dos benefícios tributários.....	352
25.5. Venda, realizada por locadora de veículos, de automóvel com menos de doze meses de aquisição da montadora	353
ALÍNEA “H”	353
26. Incidência monofásica. Combustíveis e lubrificantes	353
ALÍNEA “I”	353
27. Integração do ICMS na sua base de cálculo	354
§ 3º	354
28. Imunidade. ICMS, II e IE	354
§ 4º E § 5º	355
29. ICMS monofásico. Combustíveis e lubrificantes.....	356
§ 6º, INC. I E II	356
30. IPVA. Alíquotas.....	356

SEÇÃO V

Dos Impostos dos Municípios

ART. 156, INC. I A IV	357
1. Impostos dos Municípios.....	357
1.1. IPTU	357
1.1.1. Base econômica.....	357
1.1.2. Aspecto quantitativo.....	357
1.1.3. Aspecto subjetivo.....	358
1.2. ITBI.....	358
1.3. ISS.....	359
1.3.1. Aspecto material e conceito	359
1.3.2. Serviço x locação	360
1.3.3. <i>Leasing</i>	362
1.3.4. Amplitude da definição dos serviços.....	362
1.3.5. Conceito constitucional de serviços. Mutação. Artigos 109 e 110 do CTN. Plano de saúde e seguro-saúde.....	363
1.3.6. Franquia. Contrato empresarial. Essência de cessão de direitos sobre marca e produto.....	365
1.3.7. Operações mistas	367

1.3.8. Medicamentos produzidos por manipulação de fórmulas, sob encomenda. Subitem 4.07 da lista anexa à LC 116/03. Sujeição ao ISS...	368
1.3.9. Local do estabelecimento x local da efetiva prestação	369
1.3.10. Obrigatoriedade de cadastro. Prestadores de serviços não estabelecidos no território do Município. Obrigação ao tomador de recolhimento do ISS quando descumprida a obrigação	370
1.3.11. Conflito ISS x IPI.....	371
1.3.12. Conflito ICMS x ISS. Serviços gráficos. Embalagens	372
1.3.13. Base de cálculo	373
§ 1º, INC. I E II.....	374
2. Características do IPTU	374
2.1. Progressividade.....	374
2.2. Seletividade.....	375
§ 2º, INC. I E II.....	375
3. Imunidade ao ITBI. Realização de capital de pessoa jurídica e transformações societárias	376
§ 3º, INC. I A III E § 4º	377
4. Lei complementar. Alíquotas. Exportações. Benefícios fiscais	377
4.1. Ato de improbidade administrativa.....	378
4.2. Sociedades profissionais. ISS fixo.....	378

NORMAS TRIBUTÁRIAS FORA DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

TÍTULO VII DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA

ART. 177, § 4º	381
1. CIDE-Combustíveis.....	382
1.1. Seletividade.....	382
1.2. Destinação dos recursos.....	382

ART. 184, § 5º	382
1. Imunidade. Reforma agrária	382

TÍTULO VIII DA ORDEM SOCIAL

CAPÍTULO II DA SEGURIDADE SOCIAL

SEÇÃO I Disposições Gerais

ART. 195	385
1. Contribuições sociais de seguridade social	385
INC. I	386
2. Contribuições patronais.....	387
ALÍNEA “A”	388
3. Contribuição sobre a folha	388
3.1. Contribuição. Valor bruto. Nota fiscal. Cooperativas de trabalho ...	388
3.2. Empresa contratante de serviços. Cessão de mão de obra. Retenção de 11%	389
3.3. Salário-maternidade. Prestação previdenciária. Decorrência da licença-maternidade.....	389
3.4. Terço constitucional de férias gozadas	390
3.5. Contribuição previdenciária. Comissão paga pelas seguradoras aos corretores de seguros	390
ALÍNEA “B”	390
4. Contribuição sobre a receita ou o faturamento.....	390
4.1. Redação original e redação atual	390
4.2. Conceitos envolvidos.....	391
4.3. COFINS	392
4.3.1. Legislação	392
4.3.2. Base de cálculo. Exclusão do ICMS	392

4.3.3. ICMS. Inclusão na base de cálculo da contribuição previdenciária sobre a receita bruta. Possibilidade.....	393
4.3.4. Base de cálculo. Inclusão da taxa da operadora de cartão de crédito	394
ALÍNEA “C”	394
5. CSLL	394
5.1. Conceito de lucro.....	394
5.2. CSLL e IRPJ. Dupla incidência sobre o lucro.....	395
INC. II.....	395
6. Contribuição do trabalhador. Regime geral de previdência social	396
INC. III	396
7. Contribuição sobre receita de concursos de prognósticos	396
INC. IV.....	397
8. Contribuições do importador de bens ou serviços	397
8.1. Base de cálculo. Valor aduaneiro	398
8.2. Majoração da alíquota em um ponto percentual. Aproveitamento integral dos créditos.....	399
§ 1º E § 2º	399
9. Orçamento da seguridade social	400
§ 3º	400
10. Empresa com débitos. Restrições com o Poder Público.....	400
§ 4º	401
11. Competência residual. Contribuições de seguridade social	401
§ 5º	402
12. Equilíbrio entre receita e despesa	402
§ 6º	402
13. Anterioridade nonagesimal.....	403
§ 7º	403
14. Imunidade às contribuições de seguridade social.....	403

§ 8º	404
15. Contribuição do segurado em regime de economia familiar	405
§ 9º	405
16. Contribuições patronais. Critérios quantitativos	406
17. CSLL. Alíquota específica para empresas financeiras e equiparadas.....	407
§ 10 E § 11	407
18. Vedações. Moratória, parcelamento, remissão e anistia.....	407
§ 12	408
19. COFINS e COFINS-Importação. Não cumulatividade.....	408
19.1. Não cumulatividade. Medida Provisória 135/2003. Lei 10.833/2003. Legalidade	409
19.2. Ativo imobilizado. Creditamento. Limitação. Lei 10.865/2004.....	409
19.3. Empresas prestadoras de serviços. Manutenção na sistemática cumulativa. Critério de discrimen. Isonomia. Ausência de afronta.....	410
19.4. Não cumulatividade. Isonomia e razoabilidade. Direito a creditemen- to. PIS. COFINS. Regimes cumulativo e não cumulativo. Transição	410
§ 13 E § 14	410

CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I

Da Educação

ART. 212, § 5º	411
1. Contribuição social do salário-educação.....	411
§ 6º	412

TÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS

ART. 239, § 1º AO § 5º	413
1. Contribuições para o PIS/PASEP	414

ART. 240	415
1. Contribuições às entidades de serviço social (Sistema “S”)	415

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

ART. 41, § 1º AO § 3º	419
1. Revogação dos incentivos fiscais setoriais passados	419
ART. 74, § 1º AO § 4º	420
ART. 75, § 1º AO § 3º	420
1. CPMF	421
1.1. Eficiência fiscal x justiça tributária	421
ART. 76, § 1º AO § 4º	423
ART. 76-A, INC. I A V	423
ART. 76-B, INC. I A IV	424
1. Desvinculação de receitas	425
ART. 88, INC. I E II	426
1. ISS. Alíquota mínima	426